

# POLÍTICA DE PATRIMÔNIO E USOS ESTABELECIDOS: O CASO DE TIRADENTES – UMA CIDADE SETECENTISTA MINEIRA

Everaldo Batista da Costa<sup>1</sup>  
Bernadete Castro Oliveira<sup>2</sup>

## Resumo

A preservação do patrimônio histórico através de uma política adequada constitui-se, atualmente, em uma forma de manutenção de nossa memória e em um paradigma de desenvolvimento econômico local, uma face voltada para a tradição e outra para a modernidade. Entretanto, além de soluções, a análise do espaço patrimonializado pode mostrar problemas estruturais e sociais. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é, primeiro, compreender através dos bens patrimonializados, os diferentes usos estabelecidos em Tiradentes, por turistas e residentes, juntamente com as soluções e problemas que acompanham esses usos; segundo, verificar a *política de patrimônio* vigente na cidade. Busca-se desvendar os motivos da transformação daquele espaço em mercadoria, uma vez que o município encontrou o turismo como resposta socioeconômica ao seu patrimônio histórico setecentista e oitocentista.

**Palavras-chave:** patrimônio, preservação, usos.

## Abstract

The preservation of the historical patrimony through an appropriate politics is constituted, now, in a form of maintenance of our memory and in a paradigm of local economical development, a face gone back to the tradition and other to the modernity. However, besides solutions, the analysis of the space patrimony can show structural and social problems. In that context, the objective of this work is, first, to understand through the constructions patrimony, the different established uses in Tiradentes, for tourists and residents, together with the solutions and problems that accompany those uses; second, to verify the politics of effective patrimony in the city. It is looked for to unmask the reasons of the transformation of that space in merchandise, once the municipal district found the tourism as answer social and economical to your patrimony historical of the seventeenth century and eighteenth century.

**keywords:** patrimony, preservation, uses.

## INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos decênios uma acentuação do processo de comercialização e especulação em torno dos espaços urbanos brasileiros, “consumidos enquanto espaço de turismo e de lazer” (CARLOS, 2001, p.176), notadamente nas cidades representativas de nossa cultura, tradição e identidade, como é o caso de Tiradentes no estado de Minas Gerais. Ali, o turismo foi a resposta

---

<sup>1</sup> Aluno de pós-graduação (mestrado) área de Geografia Humana – Universidade de São Paulo – USP - ebtkd@ig.com.br

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento – IGCE/UNESP – Rio Claro (SP) – bacco@rc.unesp.br

socioeconômica encontrada ao patrimônio histórico, uma vez que o mesmo configura-se como fonte de renda ocasionada pela atratividade que representa.

Escolhemos Tiradentes como objeto de estudo por dois principais motivos: possuir um conjunto arquitetônico muito homogêneo, o qual simboliza naquele espaço um projeto de uma sociedade colonial marcado no tempo e pelo dinamismo que seu patrimônio histórico, artístico e cultural estabelece naquele espaço. Dessa forma, para compreender os diferentes usos estabelecidos na cidade, bem como verificar a política de patrimônio adotada, foi necessário pesquisa de campo, incluindo entrevistas com os residentes, turistas e funcionários públicos, além de observações empíricas e literatura acadêmica especializada.

Considerando os bens móveis e imóveis inscritos no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1982, p.107), com o objetivo de mostrar os usos que são feitos, hoje, desses bens tombados na cidade de Tiradentes, vê-se que apontam para uma resignificação do espaço urbano. Bens esses como o Chafariz de São José (estilo barroco), construído em 1749 com uma tríplice função: “abastecer a vila com água potável pelas bicas frontais, lavagem de roupas pela lateral direita e bebedouro dos cavalos pela lateral esquerda (...) local de sociabilidade.” (PARSONS, 2001, p. 52).

Tiradentes nos remete a modelos de planos de cidades que obedeciam a diretrizes portuguesas para a criação de cidades e vilas no Brasil. O urbanismo colonial português seguia determinações contidas nas Ordenações do Reino, apontando diretrizes para a função de cidades, segundo Santos (2001, p.47). Este autor considera que muitas destas cidades apresentam traçados irregulares de modo a atender prerrogativas de ordem prática, harmoniza as orientações político-administrativas com uma certa “plasticidade arquitetônica”, em relação ao sítio urbano em que se instalam. Irregularidade atestada também por Holanda (1995, p.16), que vê as cidades coloniais “nascidas e crescidas ao deus-dará (...) nenhum método, nenhuma providência, rebeldes à norma abstrata (...) sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”.

No entanto, Tiradentes não se estabelece na caracterização irregular das cidades coloniais dada pelos dois autores citados (Foto 1). “Construída para encantar, não se estende em linha como as demais povoações mineiras: enrodilha-se. É quase uma rua só, formando um quadrado”. (MAIA, 1978, p.35-59).



FOTO 1 - Rua Direita. Concentra a maioria dos sobrados da cidade, símbolo de regularidade na edificação. / Everaldo Costa, fevereiro de 2005.

O espaço urbano de Tiradentes guarda uma forma pretérita, preenchida por novos conteúdos e novos usos que trazem soluções e problemas de ordem estrutural e social. Os visitantes e residentes são novos sujeitos que têm presença em seus lugares e fazem deles um objeto, ressignificado, dentro de uma outra lógica em outro tempo.

## DO SÍTIO ORIGINAL AO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Por volta de 1696 foram feitas descobertas positivas de ouro, por bandeirantes paulistas, no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (onde se encontra a cidade de Ouro Preto), para posteriormente expandir tais descobertas em outras áreas, segundo Prado Júnior (1983, p.56). Por causa da passagem obrigatória dos bandeirantes rumo ao vale do rio das Velhas, fixou-se Tomé Portes d'el Rei às margens do rio das Mortes, regionalmente conhecido por rio do Porto, no local denominado de Porto Real da Passagem. “Desse sítio partiu Tomé Portes para fundar, no outro lado do rio, em 1702, o Arraial de Santo Antônio”. (BARREIROS, 1976, p.19).

Designado como Arraial de Santo Antônio da Ponta do Morro pelos primeiros residentes, não demorou muito para que esses acrescessem o nome do santo sob cuja invocação se organizaram e ergueram logo uma capela; o arraial é elevado a categoria de vila em 1718, então Vila de São José d'el Rei, devido ao progressivo crescimento.

A antiga capela de Santo Antônio, hoje Matriz de Santo Antônio<sup>3</sup>, foi a referência para a implantação do “espaço de poder” – poder público e religioso da Vila – próximo ao pelourinho e à Casa da Câmara (Foto 2), caracterizando-se como “principal pólo de atração e irradiação da ocupação naquele território.” (IPHAN,

---

3 Verifica-se, *in loco*, a posição geográfica propícia à expansão do povoado a partir da Matriz, de onde irradiam ruas que dão acesso aos principais pontos do município, como o Chafariz de São José, o Largo das Forras e a Câmara Municipal.

1997, p.16); fazendo parte do que hoje é denominado núcleo urbano básico chamado de núcleo setecentista.



FOTO 2 – Rua da Câmara: “espaço de poder” público e religioso / Everaldo costa, abril de 2004

A geografia local ofereceu condições de fixação naquela paragem. A visão privilegiada do vale, ladeado pela serra de São José, “cujo cume apresenta uma plataforma bastante uniforme e os flancos, cortados a pique, não oferecem senão rochedos semi escalvados” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.42), as nascentes d’água e a abundância de madeira, ofereciam boas condições de segurança e salubridade para consolidação daquele assentamento, favorecido pela proximidade de vários pontos de exploração aurífera.

O adensamento do núcleo foi balizado por elementos como a implantação da Matriz de Santo Antônio com a criação do povoado, que gerou um eixo de ocupação a partir da mesma em direção à fonte d’água, “hoje o Chafariz de São José, e um eixo pela sua lateral, Rua Padre Toledo” (IPHAN, 1997, p.12), que possui uma topografia mais favorável. O próprio Chafariz foi outro elemento balizador, pois, localiza-se numa área de uso e serviço afastada da ocupação nobre, além de estar em área alagadiça, lugar que ainda hoje se caracteriza por ocupação rarefeita. As igrejas e capelas foram construídas estrategicamente<sup>4</sup>, segundo estudos e disponibilidades das irmandades, as quais tinham papel relevante na vida social e na organização daquele espaço.

Freyre (Ed.2003, p.106, 147, 307) afirma que em Minas, as condições de vida urbana antecipam-se pela exploração do ouro; a cidade, com suas deficiências de higiene, foi se tornando superior às zonas rurais. Atesta que aliada à Igreja, a cidade desenvolveu entre nós a assistência social, representada por hospitais, hospícios, atividades de Ordens Terceiras, Confrarias e a necessidade de construção de estradas, numa tentativa de organização espacial.

<sup>4</sup> Oito são as igrejas construídas, todas entre os séculos XVIII e XIX, as quais apresentam arquitetura singular. A maioria das igrejas da vila pertenceu a irmandades pobres, tais como N.Sra. do Rosário dos Pretos, São Francisco de Paula, N. Sra. Das Mercês, Bom Jesus Agonizante dos Pobres. A Igreja de São João Evangelista (1760), localizada na Rua Padre Toledo, identificada como de ocupação mais nobre, abrigava irmandades com maiores recursos financeiros. 15º Sub – Regional II IPHAN. **Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas de Intervenção.** Tiradentes. 1997 (p.21).

O início de uma ordenação oficial do espaço urbano da Vila de São José se dá em 1721, com a nomeação de um “arruador”, sistematizando as atividades desenvolvidas no núcleo e otimizando sua tributação. Estabelecia a localização do comércio e negócios, “segundo o tipo de venda ou ofício” (IPHAN, 1997, p. 17).

A Vila, como suas congêneres mineiras setecentistas, caracterizou-se por um arruamento onde o casario é na beira da rua, com um grande número de portas e janelas. Os lotes mais antigos possuem testada estreita e grande profundidade. E ainda por largos formando a ambiência das igrejas e, de forma particular, “pelos becos e áreas de serviço, como a beira-rio, que formavam os fundos dos lotes; pelos caminhos de acesso, (...) de ocupação rarefeita” (CAMPOS, 1998, p.108).

Da Rua da Câmara, constituinte do sítio original, expandiram-se dois eixos transversais, a Rua Direita e a Rua do Sol, também conhecida como Rua de Cima ou Padre Toledo. A Rua Direita, que desemboca no Largo das Forras, concentra a maioria dos sobrados da cidade, que somados às casas térreas constituem as principais habitações urbanas.

Nas casas térreas, chamadas casas de porta e janela, “o programa de planta apresentava uma sala na frente, uma seqüência de quartos ou alcovas, uma sala íntima nos fundos e a varanda, seguidos por um longo corredor” (CAMPOS, 1998, p.27). Eram utilizados para construção, adobe, pau-a-pique, taipa de pilão e o soalho de “chão batido”. Os sobrados, mais raros na Vila de São José, também seguiam a planta utilizada em todo o país. Reis Filho (1978, sd.) descreve que no térreo ficava a loja de frente. Quando essa não existia o espaço era reservado a animais ou escravos, a família proprietária não o ocupava para moradia. No segundo andar, verificamos as alcovas ou os quartos intermediários, o corredor de ligação e a sala íntima nos fundos. Os materiais utilizados nas obras eram a pedra, barro, cal e raramente o tijolo. A hierarquia do habitar consistia dos mais abastados residindo nos sobrados. Freyre (Ed.2003, p.301) afirma que essas habitações variaram desde o primeiro século de colonização segundo os recursos dos proprietários, o seu maior ou menor contato com a Europa e conforme o caráter do solo da região onde se estabeleciam.

Pudemos constatar em visitas realizadas em Salvador (Ba), Rio de Janeiro (Rj) e São Sebastião (Sp) a variação da tipologia destes sobrados ao apresentarem construções acima de dois pavimentos, atingindo quatro ou cinco; diferentemente de Tiradentes que apresenta seus sobrados em dois pavimentos e apenas um de três pisos (Foto 3). “Inferioridade” que tentamos justificar com Gilberto Freyre:

Não se alegue o simples fato da riqueza das Minas e dos mineiros, para explicar todo esse seu esplendor de vida e de idéias no século XVIII. Já nos referimos àqueles ricos (...) morando pobremente em casebres de barro. Quase em mucambos. Ausência de estímulo de ordem intelectual, ou de natureza psicológica, , que completasse o estímulo econômico (...) o sobrado (...) o requinte da moda, nem sempre corresponderam, no Brasil, à situação puramente econômica dos moradores. O **determinismo econômico** falha (...) do mesmo modo que o **determinismo geográfico**, quando pretende, isolado e puro, explicar fatos tão complexos e dinâmicos como os humanos. (Ed.2003, p.444, grifo nosso).



FOTO 3 - Único sobrado de três pavimentos de Tiradentes, localizado no Largo das Forras / Everaldo Costa, fevereiro de 2005.

Portanto, entende-se como núcleo de formação da Vila – o núcleo setecentista possuidor de uma “arquitetura colonial barroca”<sup>5</sup>– o traçado contemporâneo das Ruas da Câmara, Chafariz, Jogo de Bola e as aberturas para as Ruas Direita e Padre Toledo, além de becos e caminhos para os “espaços de serviço”, como a beira rio e as fontes d’água, e do “espaço de produção” – área do Canjica. Todos foram “trilhas demarcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da Vila” (IPHAN, 1997, p.19).

Dessa maneira, toda dinâmica da vila, seu descobrimento, ordenação para edificação e sua morfologia, atividades econômicas desenvolvidas, fluxo e afluxo populacional, divergências para demarcação de seus limites, mais a conjuntura nacional da época<sup>6</sup>, entre outros pontos, foram primordiais para São José chegar ao fim do século XIX e ser elevada à categoria de cidade.

No período em questão ocorria no Brasil imperial uma política de ampliação das redes sociais, objetivando a integração territorial dentro do contexto de formação do Estado Nacional e de construção da nação. Assim, há em São José a socialização da vida urbana, a qual proliferava nos grandes centros, notadamente no Rio de Janeiro, onde ocorria um certo aburguesamento, com vistas da inserção nacional no mercado externo, o que somente se processa com o fim da escravidão.

<sup>5</sup> O Barroco é apontado pelos estudiosos como “ representação formal (...) da Contra-Reforma e do Absolutismo que, respectivamente, correspondiam ao poder e à pompa.” MELLO, Suzy de. **Barroco**. São Paulo : Brasiliense, 1983 s.d.

“Trazido para o Brasil pelos jesuítas, instalou-se em Minas com a urbanização provocada pela mineração. Em território mineiro assumiu características peculiares, retratando no urbano o poder temporal, através das edificações civis-administrativas, e do poder religioso, com as igrejas representadas pelas ordens religiosas. Caracteriza-se por um estilo de formas exuberantes e ‘pela pompa litúrgico – ornamental’.” ÁVILA, Afonso. **Barroco Mineiro. Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.6.

<sup>6</sup> Lembremos aqui da Proclamação da República em 1889 acompanhada de uma reestruturação econômica nacional, onde se destacavam: a grande imigração e primórdios da industrialização e o cultivo das lavouras cafeeiras; além de uma revolução educacional. ALZUBARAY, Domingo. Atlas Histórico Isto É, Brasil – Colônia, Império, República. Cajamar, SP. Três Editorial LTDA. snt.

Inserida nesse contexto<sup>7</sup>, primeiramente a Vila de São José é elevada à categoria de cidade “Cidade por lei prov. n. 1092, de 7 de outubro de 1860”<sup>8</sup>, posteriormente, em 1889, há mudança na denominação de **São José d’el Rei** para **Tiradentes**, “durante o governo de Cesário Alvim, pelo decreto nº 3, de 6 de dezembro de 1889” (BARREIROS, 1976, 107).

A significativa memória da cidade esperou algumas décadas para ser registrada pelo trabalho de “Rodrigo Mello Franco de Andrade e sua equipe, através do órgão federal criado em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN” (PARSONS, 2001, P.11). A cidade de Tiradentes é “tombada” em 1938 pelo SPHAN, como valioso conjunto arquitetônico e patrimônio natural e paisagístico. Segundo Parsons (2001), alguns visitantes intelectuais atuantes na época precederam ao “tombamento” da cidade, notadamente o grupo que passaria à história cultural do Brasil como os “Modernistas”.

Em 1919, Mário de Andrade visitou Tiradentes, retornando em 1924 acompanhado de Tarsila do Amaral, do escritor franco-suíço Blaise Cendrars, Oswald de Andrade e outras significativas personagens daquela época. Uma caravana que excursionou pelas cidades do ouro inspirando inúmeras e pertinentes referências a Tiradentes em diversos textos posteriormente publicados. (p.12)

Dessa forma, o tombamento de todo o conjunto urbano da cidade e, mais tarde, várias edificações isoladas, reverte o quadro de franco declínio econômico e decadência que a cidade encontrava-se naquela época; uma vez que inicia-se um processo de valorização e divulgação do rico acervo preservado ao longo dos séculos.

## BENS TOMBADOS NA CIDADE

Do processo de tombamento realizado em Tiradentes pelo IPHAN, encontram-se relacionados no Livro do Tombo: O Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Cidade, a Capela da Santíssima Trindade, Capela de Nossa Senhora das Mercês, Capela de São Francisco de Paula, Capela de São João Evangelista, Capela do Bom Jesus, a Casa com forro pintado, Casa do Inconfidente Padre Toledo, o Chafariz de São José, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja Matriz de Santo Antônio.

A cidade é reconhecida mais pelo seu conjunto urbanístico do que por monumentos isolados, como ocorre em algumas cidades históricas brasileiras. Ruas tortuosas; ladeiras íngremes; becos; vielas; largos; suas casas térreas com número ímpar de janelas, com vergas abatidas e vedações em guilhotinas e treliçados. Os sobrados, em menor número, caracterizam-se tanto pelo tratamento requintado da cantaria nos vãos, incluindo em alguns casos pinturas policromadas, quanto pelos acabamentos internos de extrema riqueza, particularmente no que diz respeito aos forros pintados e apainelados marcados por composições policromadas com figuras e elementos decorativos do barroco<sup>9</sup>. Completa o conjunto a Serra de São José e todos os bens tombados isoladamente.

---

<sup>7</sup> Apesar de estar inserida no contexto nacional de integração territorial e de socialização urbana, a vila dormita nas últimas décadas do século XIX. Guardou ressentimentos e uma gloriosa memória. Um dos ressentimentos foi o recrutamento à força dos filhos daquelas paragens para lutarem na Guerra do Paraguai. PARSONS, op. cit., p 10.

<sup>8</sup> Essa transcrição consta da Ficha Toponímia dos Município de Tiradentes e São João d’el Rei, franqueadas pela fundação IBGE, transcrita in: BARREIROS, op. cit., p 107.

<sup>9</sup> FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Circuito do Ouro. Campos das Vertentes. 1981.

A arquitetura de Tiradentes revela a forma de ver o mundo dos seus construtores, suas ideologias ou “combustível intelectual que impulsiona a prática social” (MORAES, 1996, p.40). Foi edificada na cidade uma escala de valores e significados sociais, ideologicamente marcados no tempo e no espaço, uma realidade pretérita que se transpôs intacta para o presente.

Como destaca Fachine (1998, p. 157, 158), a arquitetura assinala, para a humanidade, as marcas culturais das transformações históricas. Marca artística no espaço e mudança de vida no fluxo do tempo. Ao tratar de entender a natureza da imagem urbana, somos levados a descrevê-la na sua manifestação formal, capazes de identificá-la como marca do poder político e institucional reconhecido, porque assim é codificado; a arquitetura é representação, é signo da relação de conhecimento que se processa entre o homem, o espaço e o tempo (Foto 3).

Nesse contexto, o legado setecentista e oitocentista de Tiradentes atravessa três séculos para configurar-se, hoje, como principal matéria-prima da indústria turística que se implanta, centralizando uma *política de preservação e permitindo usos distintos*.



FOTO 3 - Matriz de Santo Antônio: obra-prima da arquitetura colonial barroca mineira. Pólo de atração para o Turismo Cultural, como os demais bens da cidade / Everaldo Costa, fevereiro de 2005.

## FACETAS DA PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO

Da ambígua relação existente entre tradição e modernidade, surge uma “problemática contemporânea sobre a política de patrimônio e as formas de apropriação e uso dos bens culturais” (LEITE, 2001, p.24). A cultura vem relacionada com a “*identidade e o lugar*”, de forma que as relações sociais no tempo e no espaço, continuamente, estabelecem o transporte dos valores de um povo do passado para o presente, e deste para o futuro.



A política de patrimônio é um desafio para os poderes públicos e movimentos associativos, segundo Nigro (1999), pois, o patrimônio supõe um reconhecimento oficial de um conjunto heterogêneo e não acabado, de bens culturais móveis e imóveis, cuja existência reporta aos valores do passado que subsidiaram a formação histórica da nação, forçando a população a adquirir uma responsabilidade conjunta à vista das gerações futuras. Nigro adentra na questão preservacionista, um tema polêmico, uma vez que se relaciona com a democratização dos bens tombados, busca uma definição do papel do Estado nas políticas urbanas para preservação, bem como o exercício da cidadania e o direito à cidade, que para Santos (2005),

a reivindicação do *direito à cidade* tem por princípio a idéia de que todo homem precisa de determinadas condições básicas para se reproduzir enquanto homem. Pode-se citar, dentre estas, o caso à moradia, as possibilidades de lazer, as condições de acessos aos benefícios sociais (educação, saúde, etc) e o **valor histórico e cultural**. (p.95, grifo nosso).

A década de trinta é marcada pela busca de soluções para o patrimônio. Os CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) criam documentos que prescrevem normas para preservação; especialmente, em 1933, no qual é elaborada a *Carta de Atenas*, onde se nega o valor da manutenção dos centros históricos das cidades. Esta carta propunha a preservação de edificações significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes, segundo Gutierrez (2000, p. 451).

Um tanto insatisfatória a Carta anterior, foi elaborada, em 1964, a *Carta de Veneza*; conseqüência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que representou documento chave da atualidade. Em seu primeiro artigo, a Carta define o termo *monumento* e diz que ele se estende “não somente às grandes criações, mas igualmente, às obras modestas que adquirem, com o tempo, um significado cultural (...) Compreende a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio urbano ou rural que representam um testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa, ou de um acontecimento histórico” (GUTIERREZ, 2000, p. 451). O patrimônio adquire, na Carta, dimensões temporal e espacial ao afirmar que o monumento é inseparável da história e do meio em que se situa. Quanto à necessidade de restauração ou apenas conservação, a Carta coloca que a restauração deve ocorrer em caráter excepcional, e objetiva revelar o valor histórico e estético do monumento; baseia-se no respeito à matéria antiga e a documento autêntico; a restauração pára quando começam as hipóteses. Termina afirmando que as restaurações devem ser precedidas e acompanhadas por estudos históricos e arqueológicos do monumento. Quanto á preservação dos sítios e dos centros históricos, a Carta de Veneza reitera que ambos devem ser objeto de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização; oposto da Carta de Atenas que desconsiderava a valorização dos centros históricos das cidades.

No Brasil, o trabalho de preservação está relacionado a uma tentativa de consolidação de uma imagem política e cultural. Os bens tombados que integram nosso patrimônio são selecionados para tombamento, em função de sua eficiência em expressar a história nacional como síntese de nossa memória, identidade e tradição. Contudo, muitas foram as *dificuldades* na tentativa de preservação desses bens, já encontradas no século XIX, mesmo antes da elaboração das Cartas

mencionadas, quando críticos neo-clássicos classificam o barroco como sinônimo de extravagância e mau gosto. Em decorrência disso, muitas obras foram destruídas ou reformadas ao gosto da época: pinturas recobertas, espaços modificados e esculturas mutiladas.

Gutierrez (2000) define que, contraditoriamente, cidades inteiras somente foram preservadas graças à decadência e decrepitude em que se encontravam. Cita a antiga Vila Rica (atual Ouro Preto) como exemplo, onde a manutenção de seu conjunto arquitetônico deveu-se à mudança da capital para Belo Horizonte. Maia (1978) corrobora a afirmação de Gutierrez ao ligar o motivo da preservação de Tiradentes à pobreza causada pela decadência econômica; assim o próprio declínio da cidade evita destruições irreparáveis.

A fé religiosa, exercida com fervor pelo povo, através de procissões e festas, utilizando espaços barrocos em toda sua opulência, foi “outra causa da preservação dos sítios e monumentos históricos” (GUTIERREZ, 2000, p.394). Acreditamos que tenha sido um motivo de preservação também em Tiradentes, cujo espaço é delimitado num todo por diversas igrejas e capelas, com seus adros, dispostas como se estivessem sempre aguardando a chegada dos fiéis e guardando a pequena cidade. A religiosidade foi e continua sendo marcante o ano todo na cidade. Assim, tradição religiosa de festas e procissões, que Laura de Mello e Souza caracterizou como “*grandes divertimentos da população, o que harmoniza perfeitamente com o extremo apreço pelo aspecto externo do culto e da religião (...) Mais do que expressão de uma religiosidade intensa, a festa religiosa era um acontecimento que propiciava o encontro e a comunicação;*” (2004, p.35), contribuiu e contribui para a manutenção de nossa memória.

Preservado, o patrimônio estabelece novos *percursos, trajetórias e lugares*, uma vez que se destacam no espaço urbano, estabelecendo com estes fortes relações. Valores diferentes são estabelecidos neste espaço ao ocorrerem mudanças quanto às “possibilidades” dos bens simbólicos preservados, que deixam de ser apenas ícones de identidade, tradição e cultura de um povo para assimilar uma concepção de prática de “*consumo dos lugares (...) assumem um valor urbanístico-econômico*” (LEITE, 2001, p. 36). Delimitamos a formulação teórica de lugar como “centro de significado no espaço e na paisagem, em torno das intenções e experiências humanas” (TUAN, 1975, p.213-215, apud RELPH, 1979, p. 08)

Os valores de uso e troca que o patrimônio assume garantem legitimidade, e até eficácia nas políticas de preservação de alguns lugares, uma vez que passa a dar sustentabilidade de mercado para a cidade a que pertence, segundo Nigro (1999, p. 169). No entanto, o fato do espaço ser transformado em mercadoria produz uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários – no plano do lugar – e pode levar à **deteriorização** ou mesmo à **destruição** de antigos lugares, “em razão da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz, como consequência, a destruição de áreas imensas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca” (CARLOS, 2001, p. 108).

Nessa dinâmica, entendemos que os novos *percursos, trajetórias e lugares* que o patrimônio estabelece estão ligados, sinergicamente, a dois principais grupos de atores: à população local e aos turistas; que compreenderão, cada qual com sua perspectiva e necessidade, o *significado* ou mesmo o “*re-significado*” dos bens tombados formadores dos novos lugares.

Portanto, a idéia de busca da tradição e o estabelecimento da identidade de um povo, foram e são argumentos fundamentais que permeiam a “*política de*

*patrimônio*” e seu principal objetivo que é a preservação de monumentos e sítios históricos no país. Contudo, a modernidade “globalizada” apropria-se dos *valores* edificados dando uma conotação mercadológica no que era cultural. Leite (2001, p.57) destaca que essa dimensão de mercado é direcionada para práticas que agregam valor aos bens culturais, possibilitando rentabilidades através destes bens restaurados, matéria prima do turismo. Conforme Gutierrez (2000, p.481), ganha a cidade, uma vez que o tombamento não “congela” o imóvel e sim contribui para a qualificação da vida e do espaço urbano, gera divisas, “oportunidades de empregos inclusive no ramo que mais emprega no país, que é a construção civil”.

Assim, vemos a amálgama de duas posições distintas: o ideal de preservação pela manutenção do valor histórico que o patrimônio representa (TRADIÇÃO) e a lógica do mercado moderno (MODERNIDADE), na busca do desenvolvimento sócio-econômico através da apropriação e “*consumo dos lugares*”.

## POLÍTICA DE PATRIMÔNIO EM TIRADENTES: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL?

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), representado pela sua 15ª Sub-Regional, é o órgão que efetivamente contribui com a preservação do acervo arquitetônico de Tiradentes, segundo documentação estudada e depoimentos colhidos com a população local nas diversas pesquisas de campo realizadas. Delimitou sua área de atuação através de estudos históricos, morfológicos, tipológicos, de demografia urbana do núcleo setecentista e em observações quanto aos usos encontrados na cidade.

Em seu Projeto Piloto, o Instituto afirma que “as intervenções urbanas devem *priorizar* a melhoria da qualidade de vida da população local”. Compreende a cidade “como uma produção cultural que expressa a capacidade do homem em apropriar-se permanentemente do território e dos espaços nele construídos (...)” além de “os valores nele impresso serem reapropriados no presente”. Objetiva manter os principais aspectos que caracterizam a fisionomia da cidade: monumentos e fachadas do casario que se encontram bem preservados, deixando-a de em boas condições de conservação, na opinião da totalidade dos entrevistados. O IPHAN considera o núcleo setecentista, emoldurado pela Serra de São José, o palco que torna a cidade diferenciada, lugar da política de patrimônio, onde se estabelecem os diferentes usos.

O Instituto assume a responsabilidade de manter, sem sombra de dúvidas, a conservação do conjunto tombado, entretanto, não estabelece medidas de inserção sócio-espacial para a população, sobretudo de baixa renda, tarefa que cabe a algum outro órgão público.

A Prefeitura Municipal, na maioria dos depoimentos, não foi citada como agente ativo na preservação do patrimônio da cidade, tarefa assumida inteiramente pelo IPHAN, como já mencionado acima, mas é reconhecida como ator ativo na resolução de alguns problemas urbanos, mesmo que focalizando o turismo. Verificamos que o município possui infra-estrutura básica: como escolas, posto de saúde, segurança pública, coleta de lixo, rede de esgoto em processo de melhorias, iluminação urbana etc.

Com o apoio do IBAMA, a Prefeitura responsabiliza-se pela manutenção do meio ambiente na cidade e arredores. Não participa ativamente da preservação do patrimônio na cidade, mas trabalha em prol de oferecer uma infra-estrutura mínima

ao visitante. Identificamos um único projeto de interação social desenvolvido pela prefeitura: o Brincando na Praça, que tem por objetivo direcionar a população da periferia para o Largo das Forras, ponto de encontro dantes exclusivamente dos residentes, agora, tomado pelos visitantes.

Numa entrevista ao jornal: Informativo Caminhos e Trilhas<sup>10</sup>, o diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, Cid Barbosa Filho, destaca a necessidade de se realizar um plano de manejo diante da realidade turística atual do município, devido ao perigo de dificuldades, perdas e prejuízos que podem advir de um turismo descontrolado, analisando impactos, capacidade de cargas pelas ruas do núcleo setecentista, turismo sexual, etc, trazendo danos para a cidade e a população.

É notória a preocupação, por parte de turistas, residentes mais esclarecidos e funcionários públicos municipais, quanto à quantidade de veículos que transitam pelas ruas do núcleo setecentista, rotina que pode trazer prejuízos irreparáveis ao patrimônio se não for tomada uma medida prioritária, como relata-nos Ernani Fonseca, funcionário da Secretaria de Turismo de Tiradentes:

(...) observo sempre transitando pelas ruas do centro histórico, micro-ônibus, caminhões e veículos de passeio, que com o tempo destruirão este patrimônio, são muitos carros no centro histórico, há possibilidade de fecharem as ruas deste centro. A prefeitura desenvolverá um projeto para esse fechamento, a grande questão será conseguir uma área onde estabeleceremos um estacionamento para todos os veículos dos turistas ao se dirigirem para o centro.<sup>11</sup>

Outro problema reconhecido, agora de cunho social, refere-se à especulação imobiliária, pois, há o enobrecimento da cidade com a política de patrimônio voltada para sua faceta mercadológica, de forma a elevar o custo de vida da população, aí inserido os aluguéis imobiliários, como relata-nos Maria Aparecida do Nascimento “ (...) é de relevância ser de conhecimento social o fato de a população local estar sendo expulsa da cidade devido a especulação imobiliária, que eu caracterizo como um fator negativo do envoltório turístico, aqui”<sup>12</sup>. Atestamos esta exclusão domiciliar no centro histórico, pois, ao considerarmos as ruas: Direita, Da Câmara, Padre Toledo e Resende Costa, encontramos apenas 11 casas e sobrados que têm o uso estabelecido residencial, destinando-se todas as outras edificações do sítio tombado ao comércio dirigido aos “de fora”.

Fica claro que o mesmo turismo, agente de sustentabilidade econômica da cidade, segrega e propicia problemas urbanos que se não controlados negligenciarão a política de patrimônio adotada.

A pequena Tiradentes tornou-se uma cidade cara, onde a política de patrimônio atende ao público externo, e nem tanto à população. O patrimônio ali edificado assumiu valores ressignificados, atraindo e repelindo concomitantemente sujeitos distintos, valorizando os “de fora” e restringindo grande parte dos residentes. Apenas uma pequena parcela da população citadina somada aos pequenos e médios empresários donos de pousadas, pensões, restaurantes e lojas diversas, ainda apropriam-se, de forma diferenciada, dos bens memoriais, numa tentativa de manutenção de valores econômicos e culturais.

<sup>10</sup> Informativo Caminhos e Trilhas. Ano I – nº 07 – Tiradentes – Minas Gerais, p.12.

<sup>11</sup> Depoimento concedido ao autor na cidade de Tiradentes, 23 de julho de 2005.

<sup>12</sup> Depoimento de Maria Aparecida do Nascimento. Entrevista concedida ao autor na cidade de Tiradentes, 21 de abril de 2004.

Sendo o patrimônio de Tiradentes aglutinador de valores históricos e memória, criador de trajetos, responsável por estabelecer o consumo do espaço, por que não há uma política de patrimônio com o viés de política de inclusão social?.

## OS DIFERENTES USOS ESTABELECIDOS EM TIRADENTES

A preservação do conjunto propiciou a manutenção ou mesmo a inovação de usos dantes estabelecidos. O Largo das Forras, que foi ponto de circulação de pessoas, reuniões e local de parada de tropas, continua como ponto convergente e de atratividade, mostra diferenças de usos estabelecidos por visitantes e residentes ao concentrar bares, restaurantes e lojas de artesanatos utilizados pelo turista. Em contrapartida, o Largo configura-se também como espaço para a permanência de residentes na tentativa de manutenção econômica na pequena cidade que se torna cada vez mais cara. Apropriam-se daquele espaço no afã de oferecer alguns tipos de serviços aos turistas, como passeios de charrete pela cidade (Foto 4). Os usos desse local são diversos entre turistas e residentes e os conteúdos distintos.



*FOTO 4 - Entorno do Largo das Forras, ainda hoje ponto de comércio / Everaldo Costa, Abril de 2004.*

Do Largo das Forras para a região acima da Rua Direita – o núcleo setecentista – concentradora da maioria dos sobrados, igrejas e capelas da cidade o padrão de usos estabelecido torna-se específico. Em dias normais pouquíssimos são os transeuntes residentes por este núcleo tombado, estabelecendo usos notadamente religiosos neste espaço apenas em períodos de festividades das igrejas.

Este espaço é apropriado de forma inexorável pelo visitante; é o auge do consumo da tradição e do lugar desejados pelo turista, como constatamos nas diversas entrevistas e observações de campo. Para ilustrar o consumo estabelecido no sítio tombado, consumo este da tradição, torna-se representativa a observação de campo em que um casal era fotografado com roupas características do século XIX, “enobrecidas”, um serviço prestado pela loja *Traços de Época Photographias*, na Rua Padre Toledo.

Logo, o núcleo setecentista encerra o trajeto imposto pelo patrimônio preservado e ressignificado da cidade – objeto de consumo. Finaliza a produção de um espaço que “expressa determinações econômicas, manifestações na tradição, na simbologia e no estilo” (MORAIS, 1996, p.24).

O núcleo tombado, delimitado pelas ruas: Direita, da Câmara, do Chafariz, Padre Toledo, Jogo de Bola, além de becos e largos anexos, força os olhares curiosos dos turistas, e torna-se rotina o “click” frenético de suas máquinas fotográficas de última geração pelas ruas das mais antigas de Minas Gerais. As fachadas do casario alinhado (Foto 5) encantam, largos, adros e igrejas com sua opulência barroca obrigam o observador ao registro e à reflexão, numa tentativa de entendimento e reconhecimento dos signos edificados.



FOTO 5 - Rua Direita: núcleo setecentista / Everaldo Costa, abril de 2004.

Logo, depreendemos duas dimensões de consumo e usos estabelecidos distintamente nos dois principais pontos de convergência e centralidade patrimonial de Tiradentes, primeiro, no Largo das Forras, segundo, pelas ruas do núcleo tombado, tanto por parte de turistas quanto de residentes. No Largo, há a dimensão propriamente econômica da troca, apropriação de mercadorias definida pelas possibilidades financeiras de acesso aos produtos e serviços disponíveis, onde o cidadão busca um espaço para sua manutenção econômica, seja através dos próprios estabelecimentos ou das charretes dispostas a levar os turistas para passeios pela cidade. Já no núcleo setecentista há o “consumo do simbólico, da tradição, diferenciando gostos e entendimentos culturais, dos estilos de vida e costumes demarcados espacialmente, apropriado especificamente pelo visitante” (LEITE, 2004, p. 66). Nesse ponto a população local estabelece-se, notadamente, nos períodos de festas religiosas.

Assim, as pessoas assimilam o espaço na cidade e os signos edificados tornam-se objetos de consumo. Em Tiradentes, os atores participantes da política de patrimônio apropriam-se de forma diferenciada dos valores edificados, de forma que a população local busca, para sua manutenção econômica, tirar proveito do fluxo de capital e pessoas advindos da indústria estabelecida, uma vez que não há esclarecimento à população do significado cultural representativo no patrimônio. Já o turista procura a cidade no afã de conhecer seu passado e reconhecer sua identidade, apropriando-se momentaneamente de um patrimônio comum

ressignificado e que deveria ser reconhecido e assimilado igualmente por todos, “Escolhi Tiradentes por ser história viva, é a primeira vez que venho aqui. A sua arquitetura revela um período de nossa história colonial, nossa formação cultural”<sup>13</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado setecentista e oitocentista em Tiradentes, cujos valores simbólicos corporificaram-se no conjunto urbano tombado, apresenta-se como um patrimônio que assume dimensão temporal e espacial por ser inseparável da história e do meio no qual se situa. Nesta transladação tempo-espacial o patrimônio de Tiradentes, como *memória viva*, atravessa três séculos para configurar-se, hoje, como principal matéria-prima da indústria turística que se implanta, centralizando uma política de preservação e permitindo usos distintos. Contudo, apesar da movimentação representada pelo fluxo de capital e pessoas que o patrimônio converge, contribuinte para o desenvolvimento econômico local, existe na cidade uma segregação sócio-espacial marcante.

Dessa maneira, a questão deixada nesta pesquisa, se a política de patrimônio adotada na cidade seria de inclusão ou exclusão social, parte da observação de campo e da análise de autores, como Leite (2004, p.181.), ao afirmar que a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização do espaço urbano, como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. A cidade estabelece-se como uma mercadoria, é capaz de amputar aspectos elementares da cidadania ou mesmo delimitar os espaços públicos.

O estudo de Nigro (1999, p. 167) contribui também com nosso questionamento ao considerar como elementar a democratização dos corpos do patrimônio, a redefinição do papel do Estado nas políticas urbanas e de preservação, a ampliação e afirmação do exercício da cidadania, do direito à cidade e à memória. Esta autora frisa que o processo da política de patrimônio, envolvendo instituições de preservação, deveria direcionar-se também aos habitantes, vê o patrimônio como um “direito social”.

Contudo, nesta dinâmica de usos e preservação compreendemos a cidade de Tiradentes como espaço de uma *memória viva*, a qual buscamos resgatar em alguns momentos desta pesquisa e que Le Goff (2003, p.469) conceitua como um elemento essencial do que chamamos identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas, na febre e no desespero. Afirma que a memória é fruto de um “trabalho histórico. A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Le Goff (2003) considera que a memória coletiva aplica-se diretamente ao *monumento* como material; julga como principal característica do monumento o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas - um legado à memória coletiva.

---

<sup>13</sup> Depoimento de Amélia Aparecida Santos. Entrevista concedida ao autor na cidade de Tiradentes, 02 de fevereiro de 2005.

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menimi*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo a suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (LE GOFF, 2003, p.526).

Este estudo mostra-nos uma cidade proprietária de um patrimônio convergente, que tratado como mercadoria sujeita-se às oscilações de mercado e ao fluxo de capital e pessoas, é capaz de estabelecer trajetos, lugares diferenciados e usos distintos por dois sujeitos específicos: o turista e o residente. Tiradentes possui uma política de patrimônio que atualmente pauta-se na preservação dos bens tombados, mas que precisa ser avaliada para se compreender até que ponto aproxima-se de uma política de inclusão social, pois, a cidade pode estabelecer-se “como espaço complexo da cidadania, lugar em que nenhum grupo social possa impor unilateralmente o seu domínio (...) uma cidade de cidadãos e não uma cidade dominada.” (LEITE, 2004, p.196), ou ainda, conforme análise da cidade-espaço por Milton Santos, “um espaço humano, onde os homens se unam para seu trabalho e não se separem em classes, exploradores e explorados (...) um espaço do homem, de toda gente, e não um espaço do serviço do capital e de **alguns**.” (1978, p.218, grifo nosso).

As cidades como os sonhos, são construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam outra coisa... De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas. (Calvino, 1990).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALZUBARAY, Domingo. **Atlas Histórico Isto É, Brasil – Colônia, Império, República**. Cajamar, SP. Três Editorial LTDA. snt.
- ÁVILA, Afonso. **Barroco Mineiro**. Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.6.
- ÁVILA, Affonso. **Barroco Mineiro Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1996.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **As Vilas Del-rei e a cidadania de Tiradentes**. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1976.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Maria Augusta A. **A Marcha da Civilização: As Vilas Oitocentistas de São João Del Rei e São José do Rio das Mortes**. Belo Horizonte: UFMG/ Tese de Mestrado - FFCH, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001, p.176.



CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 14 Ed – São Paulo: Global, 2003.

GUTIERREZ, Ângela e TELLES, Augusto C. **O Território do Barroco no século XXI**. Belo Horizonte. Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural/2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 24.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et.al.]. – 5<sup>o</sup> ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Rogério Proença S. **Espaço Público e Política dos Lugares: Usos do Patrimônio Cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Campinas: UNICAMP/ Tese de Doutorado - IFCH, 2001.

LEITE, Rogério Proença S. **Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora da UFS, 2004.

MAIA, Tom. **São João D’el Rei e Tiradentes**. São Paulo. Editora Nacional, 1978. p. 35-59.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1996.

NIGRO, Cínthia. **Preservação do Patrimônio Cultural Urbano e Participação Social**. Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999.

OLIVEIRA, Ana Claudia e FECHINE, Yvane. **Arquitetura e Linguagem: Investigação Contínua**. São Paulo: Hacker, 1998.

PARSONS, Anna Maria N. L. **Tiradentes, Minas Gerais**. Assunção, Paraguai: Fotosíntesis, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 29ª Edição. Brasiliense, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978 s.d.

RELPH, Edward C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. Revista Geográfica, 4 (7) 1-25, abril 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.

SANTOS, Jânio. **Políticas Públicas e ações populares: O caso dos Alagados – Salvador/BA**. Rio Claro (UNESP). Revista Estudos Geográficos 3(1):93-110. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 1978.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro. Ed UFRJ, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal/ 4<sup>o</sup> edição, 2004. p. 35.

**Apostila da Fundação João Pinheiro** - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Governo do Estado de Minas Gerais.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Circuito do Ouro**. Campos das Vertentes. 1981.

SPHAN. **Bens Móveis e Imóveis inscritos no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. SPHAN - Pró Memória, 1982.

15<sup>o</sup> Sub – Regional II IPHAN. **Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas de Intervenção**. Tiradentes. 1997.

**Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes – Mg.** (Prefeitura Municipal de Tiradentes – Secretaria Municipal de Turismo), 2001.

**Informativo Caminhos e Trilhas**. Ano I – nº 07 – Tiradentes – Minas Gerais.

Recebido em março de 2007  
Aprovado em outubro de 2008